

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Decreto-lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro

Estabelece os requisitos que as entidades gestoras de sistemas centralizados de valores mobiliários

Os sistemas centralizados de valores mobiliários são formados por conjuntos interligados de contas, através das quais se processa a constituição e a transferência dos valores mobiliários nele integrados e se assegura o controlo de quantidade dos valores mobiliários em circulação e dos direitos sobre eles constituídos.

O Código do Mercado de Valores Mobiliários estabelece nos artigos 77.º a 83.º, a estrutura e funções do sistema centralizado, as regras operacionais deste, a integração e exclusão de valores mobiliários no âmbito do sistema centralizado, as contas integrantes do sistema centralizado, o controlo a cargo das entidades gestoras dos valores mobiliários em circulação, as informações a prestar ao emitente pela entidade gestora do sistema centralizado e a responsabilidade civil da entidade gestora ao sistema centralizado. Nos termos do artigo 78.º, n.º 1, do Código do Mercado de Valores Mobiliários, refere-se expressamente que as regras operacionais necessárias ao funcionamento do sistema centralizado são estabelecidas pela respetiva entidade gestora, estando sujeitas a registo.

Ao abrigo do disposto no artigo 80.º, n.º 6 do Código, foi publicado o Regulamento n.º 4/2012 da AGMVM que estabeleceu os termos em que podem ser abertas junto da entidade gestora do sistema centralizado contas de registo individualizado.

Neste contexto, o presente diploma é fruto da necessidade de, após a publicação do novo Código do Mercado de Valores Mobiliários, serem estabelecidos os requisitos que as entidades gestoras dos sistemas centralizados de valores mobiliários devem cumprir.

Foram ouvidos a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, a Bolsa de Valores de Cabo Verde e o Banco de Cabo Verde.

Assim:

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

1. O presente diploma estabelece os requisitos que as entidades gestoras de sistemas centralizados de valores mobiliários devem cumprir.
2. Os sistemas centralizados de valores mobiliários só podem ser geridos por entidades que preencham os requisitos fixados no presente diploma.

Artigo 2.º

Tipo societário

As entidades gestoras de sistemas centralizados devem adoptar o tipo de sociedade anónima.

Artigo 3.º

Objeto social

1. As sociedades gestoras têm por objecto social a gestão de sistema centralizado de valores mobiliários.
2. Se as sociedades referidas no número anterior prestarem serviços de gestão de mercados de valores mobiliários, devem separar claramente as atividades e adotar uma política ativa de prevenção e de gestão de conflito de interesses.

Artigo 4.º

Sede

As sociedades gestoras têm sede estatutária e efectiva administração em Cabo Verde.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 5.º

Firma

1. As sociedades gestoras de sistemas centralizados devem usar na sua firma a denominação “sociedade gestora de sistema centralizado de valores mobiliários”.
2. A denominação referida no número anterior pode ser substituída pela correspondente abreviatura: “SGSCVM”.

CAPÍTULO II

Registo

Artigo 6.º

Registo

As entidades gestoras de sistemas centralizados de valores mobiliários não podem iniciar a sua atividade enquanto não se encontrarem registadas na Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM).

Artigo 7.º

Instrução do registo

1. O pedido de registo deve ser instruído com os seguintes elementos actualizados:
 - a) Contrato de sociedade;
 - b) Identificação dos titulares dos órgãos sociais;
 - c) Identificação das pessoas titulares das participações qualificadas e montante das respetivas participações;
 - d) Descrição geral das regras operacionais referidas nos termos do artigo 78.º, n.º 1, do Código do Mercado de Valores Mobiliários;
 - e) Descrição dos meios humanos, técnicos e materiais disponíveis de que a entidade dispõe, a qual deverá incluir, designadamente:
 - i) Organograma funcional da entidade gestora;
 - ii) Indicação dos responsáveis pelas principais áreas ou funções;

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

- iii) Principais características dos sistemas informáticos de base de cada sistema, evidenciando os mecanismos de segurança e controlo de risco, a realização de cópias de segurança, a acessibilidade aos sistemas, designadamente, através de níveis de acesso e palavras-chave;
 - iv) Instalações onde são exercidas as atividades e respetivos controlos de acesso.
2. O pedido de registo das regras operacionais necessárias ao funcionamento do sistema centralizado, referido nos termos do n.º 1 artigo 78.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, é apresentado conjuntamente com o pedido do registo da entidade gestora.

Artigo 8.º

Confidencialidade

A AGMVM assegura a confidencialidade das informações prestadas pela requerente no âmbito do pedido de registo.

Artigo 9.º

Apreciação do pedido

1. O prazo para apreciação do pedido de registo é de 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação do respetivo requerimento.
2. O prazo de 30 (trinta) dias referido no número anterior é interrompido se a AGMVM solicitar à requerente a apresentação dos documentos e informações adicionais relativos ao pedido de registo.
3. O requerente dispõe de um período máximo de 30 (trinta) dias para proceder à entrega dos documentos e informações adicionais solicitados pela AGMVM.
4. Após a entrega dos documentos e informações solicitados é contado novo prazo de 30 (trinta) dias para apreciação do pedido de registo.
5. O registo considera-se recusado se a AGMVM não o efectuar dentro dos prazos fixados nos termos do presente artigo.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 10.º

Recusa

1. A AGMVM recusa o registo quando o pedido ou os seus pressupostos sejam desconformes às normas legais ou regulamentares aplicáveis ou se verifiquem as seguintes situações, nomeadamente:
 - a) Não sejam entregues os elementos e as informações complementares solicitados;
 - b) A instrução do pedido enferme de inexactidões ou falsidades;
 - c) Não seja comprovada ou falte idoneidade aos titulares de participações qualificadas;
 - d) Não seja comprovada ou falte idoneidade ou experiência profissional aos titulares dos órgãos de administração;
 - e) A sociedade não disponha de meios humanos, técnicos e materiais ou de recursos financeiros adequados para a prossecução do seu objecto social.
2. Para os efeitos previstos na alínea d) do número anterior, não é considerado idóneo quem não apresente garantias de gestão sã e prudente, nomeadamente por ter ocorrido uma das seguintes situações:
 - a. Ter sido destituído das suas funções de instituição financeira pelo Banco de Cabo Verde;
 - b. Ter sido condenado pela prática de crime a que corresponda pena de prisão de um ano ou mais sem substituição por multa;
 - c. Ter sido declarado insolvente nos últimos dez anos;
 - d. Ter sido legalmente impedido do exercício de atividade relacionada com o sistema financeiro;
 - e. Ter sido administrador de uma instituição financeira cuja autorização tenha sido revogada ou cuja resolução tenha sido iniciada durante o seu mandato.

Artigo 11.º

Cancelamento

1. Constituem fundamentos de cancelamento do registo atribuído às entidades gestoras dos sistemas centralizados:

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

- a) A verificação de qualquer circunstância anterior ou posterior ao registo que obstaria a que o registo tivesse sido efectuado e que não tenha sido sanada no prazo fixado pela AGMVM;
 - b) A sua obtenção mediante falsas declarações ou outros expedientes ilícitos;
 - c) A verificação ou conhecimento superveniente da falta de idoneidade de titulares de participações qualificadas, se a aplicação das inibições correspondentes não puder garantir uma gestão sã e prudente da sociedade;
 - d) A verificação ou conhecimento superveniente de falta de experiência e idoneidade dos titulares dos órgãos de administração ou das pessoas que efectivamente dirigem a sociedade, salvo se a sua substituição for promovida no prazo designado pela AGMVM;
 - e) O não início da atividade do sistema, que se propõe no prazo de 12 (doze) meses após o seu registo;
 - f) A não ocorrência de atividade significativa do sistema durante 6 (seis) meses consecutivos;
 - g) A violação, de maneira grave e reiterada, das disposições aplicáveis;
 - h) A dissolução da sociedade gestora.
2. No ato de cancelamento, a AGMVM estabelece as medidas que sejam necessárias à defesa dos interesses dos investidores, dos emitentes e dos membros dos sistemas.

CAPÍTULO III

Vicissitudes

Artigo 12.º

Alterações ao contrato de sociedade

As alterações ao contrato de sociedade que se traduzam numa modificação dos elementos submetidos com o pedido de registo da entidade gestora devem ser comunicadas à AGMVM.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 13.º

Alterações às regras operacionais

As alterações às regras operacionais estabelecidas pela entidade gestora devem ser comunicadas à AGMVM.

CAPÍTULO IV

Regras de Conduta e Controlo Interno

Artigo 14.º

Boa gestão

1. As entidades gestoras devem assegurar a manutenção de padrões de elevada qualidade e eficiência na gestão dos sistemas a seu cargo.

As entidades gestoras devem implementar mecanismos destinados a assegurar uma gestão sã das operações técnicas dos respetivos sistemas, incluindo o estabelecimento de medidas de emergência eficazes para fazer face aos riscos de perturbação dos sistemas.

Artigo 15.º

Relatório de governo societário

1. As entidades gestoras devem divulgar anualmente um relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário.
2. O relatório deve incluir, nomeadamente, os seguintes aspectos:
 - a) Princípios orientadores da política de governo da entidade gestora;
 - b) Estrutura organizativa e recursos humanos;
 - c) Exercício dos direitos de voto e de representação dos accionistas;
 - d) Controlo acionista e transmissão de acções da sociedade;
 - e) Regras societárias internas, designadamente, em matéria de normas de natureza deontológica;

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

- f) Sistema de controlo de riscos implementado e dos procedimentos de controlo interno aplicados;
 - g) Auditorias realizadas, designadamente, aos sistemas informáticos.
3. O órgão de fiscalização da entidade gestora emite parecer sobre o relatório referido nos termos do número anterior.
4. O relatório deve ser apresentado à AGMVM até 31 de Março de cada ano.

Artigo 16.º

Conflito de interesses

1. As entidades gestoras devem adoptar medidas de organização interna adequadas a identificar possíveis conflitos de interesses e a gerir as possíveis consequências adversas, decorrentes de conflito de interesses, para o funcionamento dos sistemas por si geridos.
2. Na prevenção e resolução de conflitos de interesses com os clientes devem as entidades gestoras abster-se de privilegiar não só os seus interesses diretos, mas também os interesses dos titulares dos seus órgãos de administração e fiscalização, dos seus trabalhadores e colaboradores, os interesses de outras sociedades com as quais se encontrem em relação de domínio ou de grupo e os interesses dos titulares dos órgãos de administração e fiscalização dos trabalhadores e colaboradores dessas sociedades.

Artigo 17.º

Defesa do mercado

1. A entidade gestora deve actuar com a maior probidade, não permitindo a prática de actos susceptíveis de pôr em risco a regularidade de funcionamento, a transparência e a credibilidade do mercado.
2. A entidade gestora deve comunicar imediatamente à AGMVM a verificação de condutas susceptíveis de pôr em risco a regularidade de funcionamento, a transparência e a credibilidade do mercado ou do sistema, fornecendo todas as informações relevantes para a respetiva investigação e, bem assim, os incumprimentos relevantes de regras relativas ao funcionamento do mesmo.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 18.º

Sistema de controlo interno

As entidades gestoras dispõem de um sistema de controlo interno apropriado à vigilância dos riscos inerentes à sua atividade, bem como a assegurar o cumprimento do disposto no presente diploma e demais legislações aplicáveis.

Artigo 19.º

Segredo profissional

1. A entidade gestora, os titulares dos seus órgãos, os seus colaboradores e as pessoas que lhe prestem a título permanente ou ocasional quaisquer serviços, estão sujeitos a segredo profissional quanto a todos os factos e elementos cujo conhecimento lhes advenha do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços.
2. O dever de segredo não cessa com o termo das funções ou do serviço.
3. Os factos e elementos abrangidos pelo dever de segredo só podem ser revelados nos termos previstos na lei, designadamente, à AGMVM, no âmbito do exercício das suas funções.

CAPÍTULO V

Regras Prudenciais

Artigo 20.º

Regras prudenciais e de organização

1. A situação económica e financeira das entidades gestoras deve assegurar o funcionamento ordenado dos sistemas, tendo em conta a natureza e o volume das operações e a diversidade e o grau de riscos a que está exposta.
2. A entidade gestora deve, nomeadamente, ser dotada dos meios necessários para:
 - a) Gerir os riscos a que está exposta;

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

- b) Implementar mecanismos e sistemas adequados para identificar todos os riscos significativos para o seu funcionamento, nomeadamente, o risco de perda de dados em caso de problemas operacionais;
- c) Instituir medidas eficazes, incluindo planos de contingência e de continuidade, para atenuar esses riscos.

Artigo 21.º

Segregação contabilística

As entidades gestoras gerem cada sistema de acordo com regras de segregação contabilística que assegurem, no mínimo, a identificação dos respetivos centros de custos e proveitos e a sua contribuição para os resultados operacionais daquelas.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Artigo 22.º

Bolsa de Valores de Cabo Verde como entidade gestora do sistema centralizado

1. A Bolsa de Valores de Cabo Verde deve exercer as funções de entidade gestora de sistema centralizado de valores mobiliários, até 31 de Dezembro de 2033.
2. No prazo de trinta dias, a contarda publicação do presente diploma, a Bolsa de Valores de Cabo Verde deve apresentar na AGMVM o seu pedido de registo como entidade gestora de sistema centralizado de valores mobiliários, instruído com os documentos necessários.
3. À Bolsa de Valores de Cabo Verde, como entidade gestora de sistema centralizado de valores mobiliários, não é aplicável o artigo 5.º.



BOLSA DE VALORES
CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 23.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Junho de 2013.

José Maria Pereira Neves – Cristina Isabel Lopes da Silva Monteiro Duarte.

Promulgado em 8 de Janeiro de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Decreto-lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro
Estabelece os requisitos que as entidades gestoras de sistemas centralizados de valores mobiliários B. O. N.º 4 – I Série, 16 de janeiro de 2014